

# 5º Relatório Anual Projeto Redes

# *5º Relatório Anual*

## *Período: outubro de 2024 a setembro de 2025*

### *PEA Costa Verde– Fase 02*

*Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21  
Setembro/2025*

## *Sumário*

<b>1. Apresentação.....</b>	<b>5</b>
1.1. Recorte espacial.....	5
<b>2. Análise sucinta sobre o desenvolvimento do projeto.....</b>	<b>5</b>
2.1. Metas alcançadas em relação às previstas .....	5
2.3. Resultados.....	Erro! Indicador não definido.
<b>3. Atividades realizadas por Mesoterritório.....</b>	<b>10</b>
3.1. Mesoterritório Interestadual (Meso Inter).....	10
3.2. Mesoterritório Rio de Janeiro (Meso RJ).....	12
3.3. Mesoterritório São Paulo (Meso SP).....	14
<b>4. Ações da comunicação do Projeto Redes.....</b>	<b>17</b>
<b>5. Projetos Territorializados de Aprendizagem (PTAs).....</b>	<b>18</b>
<b>6. Gestão.....</b>	<b>19</b>
6.1. Núcleo Gestor Político-Pedagógico (NGPP).....	19
6.2. Grupos de Trabalho (GTs).....	20
<b>7. Ações vinculadas à Pesquisa .....</b>	<b>22</b>
<b>8. Blocos Temáticos .....</b>	<b>22</b>
8.1. Educação Popular e Diferenciada.....	23
8.2. Economia solidária .....	24
8.3. Justiça Socioambiental, Governança e Gestão do Território (JSA) .....	24
<b>9. Cursos da Rede de Formação Socioambiental.....</b>	<b>25</b>
9.1. Cursos com parceiros.....	26
9.2. Raízes dos Saberes.....	28
9.3. Licenciamento Ambiental nos Cursos da RFS .....	30
<b>10. Consolidação da Rede de Formação Socioambiental - Avanços da Fase II e apontamentos para a Fase III.....</b>	<b>32</b>



Projeto de Educação Ambiental da  
Costa Verde – Projeto Redes

<b>11. Execução física anual do projeto .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>12. Responsável Técnico .....</b>	<b>34</b>
<b>13. Anexos.....</b>	<b>34</b>

## 1. Apresentação

Este documento apresenta o quinto Relatório Anual do projeto “Redes: Tecendo Saberes, Construindo Autonomia” (Fase II do PEA Costa Verde), desenvolvido no âmbito dos Programas de Educação Ambiental PEA-SP (Região 3) e PEA-Rio (Região 4). Este relatório anual contempla as atividades realizadas entre outubro de 2024 e setembro de 2025, oferecendo uma síntese das atividades desenvolvidas nesse período, com destaque para os dados de sua execução física, o panorama da transição entre as Fases II e III e as perspectivas e desafios projetados para a próxima etapa.

### 1.1. Recorte espacial

O Projeto Redes realiza-se nos municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, no estado de São Paulo, e em Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, no estado do Rio de Janeiro, abrangendo um total de 111 comunidades. Nos Anexos 2A, 2B e 2C, são apresentados os recortes territoriais dos três mesoterritórios, acompanhados da localização geográfica das comunidades, por meio de mapas. O anexo 3 apresenta a divisão das comunidades por microterritórios.

## 2. Metas e resultados

Neste tópico, apresenta-se o desenvolvimento das metas contidas no projeto Redes, conforme previsto na Revisão do Plano de Trabalho de 2024. O Anexo 1 (Cronograma Plano de Trabalho da Fase II) apresenta o status das atividades realizadas pelas equipes do Projeto Redes. O anexo 4A apresenta a tabela com o total de atividades previstas e realizadas no ano de abrangência do presente relatório (outubro de 2024 a agosto de 2025) e o anexo 4B demonstra o total de atividades previstas e realizadas desde a revisão do plano de trabalho da fase II (janeiro de 2024 a agosto de 2025).

### 2.1. Metas alcançadas em relação às previstas

O projeto Redes finaliza sua fase com a conclusão de todas as metas definidas. No 5º ano do projeto, deu-se continuidade à formação continuada da equipe (Meta 3), ao fortalecimento das organizações comunitárias (Meta 4), elaboração

teórica sobre o trabalho de campo (meta 6), realização dos cursos com parceiros (Meta 11), realização dos cursos referenciais da Rede de Formação Socioambiental RFS (Meta 12), produção do plano de trabalho da fase III (Meta 13) ; ações continuadas de comunicação e pesquisa (Meta 14 e 15) e a conclusão final da metodologia e plano de trabalho dos Projetos Territorializados de Aprendizagem.

**Tabela 1 – Metas, resultados e produtos correspondentes da Fase 2 (2020-2025)**

META	META (Cronograma Geral)	RESULTADO ESPERADO (PT2)	RESULTADO ALCANÇADO (Anexo 15)	Produtos
1	Formação da equipe de campo	Equipe estruturada, reuniões e alinhamentos contínuos	Contratação Equipe, OFPCs iniciais (3), Reuniões de Planejamento de campo realizadas (16)	Relatórios das OFPCs (3), Relatórios Mensais (6), Relatório anual 2021
2	Formação continuada da equipe executora	Formação permanente	OFPCs realizadas contínua e sistematicamente (12); Formações continuadas dos Blocos Temáticos com acúmulos nas áreas de economia solidária, Justiça Socioambiental, Educação Diferenciada (93); Reuniões quinzenais de mesoterritórios (349), colegiados (95) e NGPP (76) realizadas regularmente	Relatórios de OFPCs (12); Relatórios Temáticos (5); Relatórios Mensais (60); Relatórios anuais (5)
3	Processos organizativos fortalecidos	Ampliação da participação e organização territorial	VCs (1524), Comissões de Base (679), Micro (141), Meso (207) e Macro (57), RAIS (574) realizadas	Relatórios mensais (60); Relatório monitoramento e avaliação (Anexo 9); Resultado da Fase 2 (Anexo 15);
4	CPP criada e em funcionamento	CPP atuante e articulada à Rede	Reuniões de CPP (33), GT Redes e reuniões pedagógicas realizadas contínua e sistematicamente	Relatório Geral de Criação da CPP- 2021; Relatórios CPP (33); Relatórios anuais 21 e 22.
5	Elaboração teórica sistematizada	Temas geradores aprofundados	Reuniões dos blocos (84) e ampliadas (9) registradas como parte do processo de elaboração teórica	Relatórios de Blocos Temáticos (84) e ampliada (9); Relatórios Temáticos (5)
6	Pré-PPP e Projeto de Implementação elaborados	Documentos pedagógicos formulados	Atividades de GTs, reuniões de planejamento e oficinas ligadas ao processo (todas realizadas)	Relatório de elaboração do PPP; PPP
7	Rede de Formação lançada	Evento e comunicação de lançamento	Eventos registraram dados de participação e ações de comunicação associadas	Relatório mensal; relatório OFPC.
8	Duas turmas do curso básico formadas	Formação de duas turmas do curso básico	Curso básico realizado, módulos cumpridos e turmas formadas	Relatório final do Curso Maré de Saberes (1)
9	PPP concluído	Documento finalizado e validado pela equipe	Reuniões do GT Redes e CPP correlacionadas ao processo de consolidação do PPP	Relatório de elaboração do PPP; PPP
10	Oito cursos com parceiros realizados	Diversidade de cursos externos ofertados	8 Cursos parceiros realizados e registrados no consolidado (número total atingido)	Relatórios finais de cada curso (8)

11	Rede de Formação inaugurada	Ato/formação pública de inauguração	Adiado	
12	Dois cursos da Rede em funcionamento	Início e andamento dos cursos próprios da Rede	2 Cursos da Rede finalizados, com módulos, encontros e participantes registrados	Relatórios Finais dos dois cursos (2)
13	PT da Fase III elaborado	Documento consolidado com planejamento futuro	Registros de reuniões de planejamento e sistematizações que resultaram no PT3	Plano de Trabalho da Fase 3.
14	Ações de comunicação realizadas	Ampliação da comunicação popular e institucional	Produção de posts, coberturas, conteúdo multimídia e divulgação do projeto	Boletim anual (5), relatórios mensais (10)
15	Pesquisa, avaliação e monitoramento realizados	Monitoramento contínuo e avaliações internas	Reuniões de monitoramento, avaliações periódicas e consolidados mensais e relatórios finais produzidos	Relatório Perdas e Danos (2) ; Levantamento Bibliográfico (1), Levantamento Dados secundários (1); Análise Inscritos Maré de Saberes (1); Relatório Monitoramento e Avaliação (3); Atualização Diagnóstico Participativo (2)
16	Readequações durante a Covid-19 realizadas	Adequações metodológicas, remotas e emergenciais	Atividades virtuais, reuniões remotas e ações ajustadas registradas ao longo do período	Relatório Diagnóstico Covid 19 (1);

## 2.2. Resultados

Neste tópico, daremos foco a alguns resultados sintetizados das atividades desenvolvidas no Ano V do projeto (out. 2024 a set. 2025). A descrição detalhada e as avaliações dessas ações encontram-se nos documentos produzidos ao longo do período. Ao todo, foram elaborados diversos produtos técnicos relacionados às metas do projeto, incluindo: **10 relatórios de cursos de formação, 1 plano de intercâmbios e partilhas, 10 relatórios mensais e 1 relatório temático.**

Destaca-se o processo contínuo de formação da equipe presente tanto nas oficinas de formação e planejamento continuados (OFPCs), quanto nas reuniões quinzenais de equipe, nos blocos temáticos mensais e no acompanhamento das comissões pedagógicas, grupos de trabalhos de produção dos cursos de formação e colegiados que integram a governança do projeto. A tabela 2 apresenta os temas tratados nas oficinas de formação e nas reuniões da CPP durante o período de abrangência deste relatório.

**Tabela 2 - Temas das OFPCs e CPPs do último ano Redes**

Tipo de Atividade	Tema
11ª OFPC (parte 1)	PTAs
12ª OFPC + 24ª e 25ª CPP	Estruturação dos 8 cursos de formação da RFS
11ª OFPC (parte 2) + 26ª CPP	PTAs
27ª CPP	Renovação e apresentação dos novos membros da CPP
28ª CPP	Recepção dos novos membros
13ª OFPC	Análise das Organizações Comunitárias
14ª OFPC	Planejamento do Projeto Redes - comunicação, fluxos de trabalho
15ª OFPC	Pedagogia da Alternância
29ª CPP	Monitoramento das Atividades do Projeto, Cursos da RFS e Plano de Trabalho Fase 3
30ª CPP	Planejamento
17ª OFPC e 31ª CPP	Cursos Referenciais
18ª OFPC	Plano de Trabalho da fase 3 do PEA Redes
19ª OFPC	Eixos temáticos
32ª CPP	Polos de Saberes
20ª OFPC	Encerramento da fase II e organização das frentes preparatórias para a próxima etapa
21ª OFPC e 33ª CPP/22ª OFPC e 34ª CPP	Síntese político-metodológica da fase II e transição para a próxima fase do projeto e plano macro

Foram realizados sete OFPCs e oito reuniões da CPP, totalizando 15 atividades, número comparável aos de anos anteriores. Essas ações buscaram construir, junto à equipe e aos membros da CPP, alinhamentos sobre os cursos formativos, o levantamento de informações para qualificação do diagnóstico participativo, a renovação dos membros da CPP e a elaboração do Plano de Trabalho da próxima fase. Essas formações fortaleceram o fluxo de comunicação com a equipe, permitindo colher contribuições, informar sobre os próximos passos e orientar o trabalho das educadoras e educadores.

Observou-se também um desempenho expressivo do trabalho de fortalecimento das organizações comunitárias neste ano. Foram previstas 886 atividades e realizadas 1.115. (Anexo 4A)

Houve um incremento nas reuniões de comissão de base, que superaram em 65 o previsto, alcançando um total de 208; as reuniões de articulação institucional, que chegaram a 303 atividades (63 acima do planejado); e as visitas de convivência, que também cresceram de forma significativa, com 243 visitas realizadas frente a 193 previstas. Esse conjunto de ações, mais voltado ao fortalecimento da presença e do diálogo no território, concentrou boa parte da energia do projeto, significando aproximadamente 65% do conjunto de todas as atividades realizadas no ano V do projeto. Esse dado demonstra a significância do trabalho de campo para a



organização do trabalho do projeto. Destaca-se, ainda, o desempenho das reuniões de comissão de microterritório, que chegaram a mais que dobrar a meta prevista. As ações formativas agrupadas (AFAs) ficaram ligeiramente abaixo do planejado (85 realizadas frente a 87 previstas), o que pode ser justificado pelos números de ações formativas comunitárias (14 realizadas e 12 previstas) e partilhas (17 realizadas e 16 previstas), que ficaram acima, uma vez que são atividades que exigem praticamente o mesmo esforço e logística para realização. Entretanto, analisando a previsão total de AFAs da revisão do Plano de Trabalho, a equipe superou o montante de atividades previstas para essas atividades (129 realizadas X 125 previstas).

De acordo com os dados apresentados no Relatório de Monitoramento e Avaliação, o Ano V do projeto — mesmo com o encerramento das atividades territorializadas em julho — apresentou um desempenho superior ao dos anos anteriores nesse eixo. Esse resultado evidencia um maior rigor nos registros, fruto dos processos formativos continuados e dos alinhamentos técnicos com a equipe de gestão e com a Petrobras. Além disso, à medida que o projeto se capilariza nos territórios, cresce também a demanda pela presença da equipe em campo, o que demonstra o fortalecimento e a estruturação do projeto.

No Anexo 9, observa-se ainda que o projeto avançou no equilíbrio da distribuição das atividades entre comunidades e mesoterritórios. Entretanto, os dados também indicam que o projeto enfrenta dificuldades em atuar de forma mais consistente em algumas localidades: **21 das 111 comunidades apresentam um índice baixo de atividades.**

Vale destacar que ao longo dos cinco anos do projeto, foram mobilizadas 973 pessoas, considerando o trabalho com as comissões de base, inscritos e cursistas da Rede de Formação Socioambiental. Foram **806** pessoas de **108** das 111 comunidades do Projeto Redes e 167 pessoas de outras comunidades nos municípios de atuação. Ou seja, somente 3 comunidades não foram alcançadas por essas duas estratégias de mobilização – Canto do Ribeirão, Itapecerica-Simão e Sombrio, todas em Ilhabela.

A análise qualitativa das atividades territoriais, sua relação com o fortalecimento das organizações comunitárias e com os eixos temáticos do território estão detalhadas na Atualização do Diagnóstico Participativo (Anexo 9).

Uma das principais frentes foi o fortalecimento da participação social nos processos de licenciamento ambiental. Diante dos impactos diretos de grandes empreendimentos nos territórios, o projeto estruturou ações formativas e inseriu módulos específicos sobre licenciamento em todos os cursos da RFS, qualificando a atuação comunitária. Como resultado, houve presença significativa em audiências públicas realizadas em 2023. Das 78 localidades presentes nessas audiências, 42 participaram do projeto Redes (esses dados estão detalhados no relatório de

Monitoramento e Avaliação de 2023). Em 2025, houve a realização de três reuniões públicas específicas entre Ibama, Petrobras e comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, antecedendo a audiência principal em São Sebastião. Nesse mesmo ano, dois encontros preparatórios em RJ e SP reuniram mais de 120 participantes, ampliando a apropriação comunitária sobre o tema. Os avanços específicos das ações relacionadas diretamente ao licenciamento ambiental estão descritos no Anexo 11.

O engajamento organizativo também se destacou: 393 entidades participaram das atividades da Fase 2, das quais 227 eram organizações comunitárias. O crescimento foi progressivo, passando de 56 organizações em 2022 para 104 em 2023 e alcançando 304 em 2024, evidenciando a ampliação das parcerias e a melhoria dos mecanismos de registro. Territorialmente, destacaram-se 73 organizações em Mangaratiba e Angra dos Reis (Meso RJ), 64 em Paraty e Ubatuba (Meso Inter) e 60 em Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião (Meso SP), além da articulação com entidades regionais e nacionais. Esse processo consolidou a integração de comunidades pesqueiras, quilombolas e indígenas em torno de pautas comuns.

Para a próxima fase, o Projeto seguirá fortalecendo a Rede de Formação Socioambiental, em articulação com a Coordenação Político-Pedagógica (CPP), ampliando processos educativos participativos. Estão previstos a criação da Rede Física de Formação e os Projetos Territorizados de Aprendizagem, concebidos como dispositivos pedagógicos voltados à consolidação de práticas comunitárias e ao fortalecimento dos territórios tradicionais e pesqueiros.

### **3. Atividades realizadas por Mesoterritório**

A seguir estão descritas as atividades realizadas por cada mesoterritório. Os anexos 5A, 5B e 5C detalham cada uma, bem como apresentam os respectivos relatórios e demais informações pertinentes.

#### **3.1. Mesoterritório Interestadual (Meso Inter)**

Entre outubro de 2024 e setembro de 2025, foram realizadas 296 atividades no mesoterritório interestadual, entre elas ações formativas agrupadas, partilhas, reuniões de articulação interinstitucional, reuniões de comissão de base, macro, meso e microterritório, visitas de convivência e reuniões de equipe. Essas ações tiveram como objetivo fortalecer a organização comunitária e a gestão territorial, e se desdobraram em diferentes frentes de atuação.

No campo da Justiça Socioambiental, Governança e Gestão do Território, as iniciativas da equipe contribuíram para avanços concretos na defesa de territórios tradicionais. Foram realizadas reuniões e ações formativas sobre temas estratégicos como o Termo de Autorização de Uso Sustentável, a regularização fundiária na APA Caiuruçu, o automonitoramento da pesca artesanal, o turismo de base comunitária e o acesso a políticas públicas, além de ações específicas voltadas ao fortalecimento das organizações comunitárias frente ao leilão de áreas em Paraty. Essas atividades geraram impactos relevantes, como a abertura de novos processos de TAUS, o embargo de leilões de territórios tradicionais, o fortalecimento da participação nos espaços de controle social e a mobilização de pescadores e pescadoras para a produção de dados autônomos de monitoramento da pesca.

No eixo da Economia Solidária, as ações realizadas demonstraram fortalecimento da organização comunitária e ampliação de alternativas econômicas sustentáveis. O incentivo ao turismo de base comunitária mostrou potencial para geração de renda alinhada à conservação ambiental e à preservação cultural. As experiências com o Armazém do Território e a Cozinha das Tradições promoveram o protagonismo feminino e ampliaram as possibilidades de diversificação de renda por meio do artesanato, da agricultura e da pesca artesanal. As oficinas de stencil e estampa também trouxeram inovação aos produtos locais.

Na área de Educação Popular e Diferenciada, as ações formativas valorizaram saberes ancestrais e reforçaram práticas educativas contextualizadas e próximas da realidade das comunidades. As formações em artesanato caíçara, utilizando materiais naturais como fibra de bananeira, cacho da juçara e caixeta, estimularam geração de renda, criatividade e maior conexão com o território. As atividades sobre o uso de plantas medicinais contribuíram para fortalecer práticas de cuidado tradicionais, alinhadas à saúde preventiva. Oficinas sobre canoas brincantes promoveram o intercâmbio de saberes entre mestres e crianças, incentivando o brincar livre, o contato com a natureza e a valorização de espaços externos em contraponto ao uso excessivo de telas. Também foram realizadas ações culturais ligadas a corridas de canoa e festejos comunitários, inclusive ligados à pesca, à exemplo do Festival de Camarão de Caraguatatuba, reforçando a identidade coletiva.

As demandas territoriais mais expressivas no período estiveram relacionadas à defesa do território tradicional, à valorização da pesca artesanal, à cultura, saúde, identidade tradicional e educação diferenciada. A realização das ações formativas, das visitas de convivência e das reuniões com as comunidades fortaleceu vínculos entre a equipe e os territórios, permitindo trocas de saberes e estimulando o desenvolvimento de capacidades locais. Os temas trabalhados ao longo dos processos formativos dialogaram com o campo da educação ambiental crítica, enfatizando sua relação com os impactos dos grandes empreendimentos — em especial aqueles da cadeia de petróleo e gás. As formações buscaram construir estratégias de fortalecimento para a defesa dos territórios em suas múltiplas dimensões: socioculturais, de sociobiodiversidade, de acesso a equipamentos

públicos e a instrumentos de regularização fundiária, além da valorização de práticas produtivas e econômicas tradicionais. A consolidação da Rede de Formação Socioambiental no mesoterritório também fortaleceu o trabalho de base e as parcerias institucionais, essenciais para a organização comunitária e a gestão territorial. Muitas das atividades contaram com a colaboração de associações de moradores, associações e colônias de pesca, Ministério Público Federal, Defensorias Públicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, Coordenação de Justiça Socioambiental do OTSS, Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS, Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária, Frente de Luta de Pesca Artesanal do FCT, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, entre outros parceiros estratégicos. No Anexo 14 encontra-se a lista de todas as organizações e o grau de envolvimento com o Projeto Redes medido a partir do número de participações em atividades ao longo dos anos de execução, o que será uma base para desenhar a "Rede de Parceiros" que consta no Plano de Trabalho da Fase 3.

### 3.2. Mesoterritório Rio de Janeiro (Meso RJ)

Ao longo deste período, a equipe que atua no Mesoterritório Rio de Janeiro realizou 64 Visitas de Convivência, 51 Reuniões de Comissão de Base, 17 Reuniões de Comissão de Microterritório, 25 Reuniões de Comissão de Mesoterritório, 04 Reuniões de Comissão de Macroterritório, 75 Reuniões de Articulação Institucional, 26 Ações Formativas Agrupadas, 07 Ações Formativas Comunitárias e 07 Partilhas, totalizando 301 atividades. Em relação à análise do relatório anterior, destaca-se o esforço da equipe com o trabalho na Enseada do Sítio Forte, que se desenvolveu a partir do tema gerador associativismo, possibilitando a realização de reuniões e ações formativas na comunidade.

No âmbito dos blocos temáticos de Justiça Socioambiental, Governança e Gestão do Território e Economia Solidária, a equipe realizou reuniões e visitas de convivência para tratar do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Também se destacaram os encontros de mulheres, inicialmente realizados na Ilha Grande e posteriormente estendidos para Mangaratiba. Outro eixo relevante foi a pesca artesanal, discutida em atividades do mesoterritório em parceria com a Frente de Pesca Artesanal do FCT e a Rede Marangatu, com foco na gestão costeira e marinha. Essa articulação possibilitou reuniões ampliadas sobre a pesca artesanal na Ilha Grande, especialmente na comunidade do Aventureiro, Saco do Céu e Vila do Abraão, valorizando os saberes de povos e comunidades tradicionais. Além disso, foram desenvolvidas atividades relacionadas ao turismo de base comunitária, ao saneamento ecológico e ao associativismo, reforçando a importância da organização comunitária.

A equipe também acompanhou processos estratégicos de defesa do território junto os pescadores artesanais, como a elaboração e o monitoramento do termo de compromisso com a Estação Ecológica de Tamoios e as comunidades de Vila Histórica e Praia Vermelha e as revisões dos planos de manejo da Área de Proteção Ambiental de Tamoios com as comunidades de Tararaca, Praia do Recife, Monsuaba, Saco do Céu, Praia de Fora e Freguesia de Santana, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro e do Parque Estadual da Ilha Grande.

No campo da educação diferenciada e popular, o mesoterritório Rio de Janeiro deu continuidade ao curso “Educação Diferenciada nos Territórios”, da RFS, elaborando os dossiês da educação diferenciada de Angra dos Reis e Mangaratiba e participando dos coletivos de apoio à educação diferenciada organizados pelo FCT. Foram promovidas reuniões de micro e mesoterritório sobre o tema, além de articulações com universidades, como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Instituto de Educação de Angra dos Reis, da UFF, e com organizações comunitárias, como a Associação de Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas. Nesse processo, ocorreram três ações formativas agrupadas: a primeira no Provetá, em Ilha Grande, em março de 2025; a segunda no Sahy, em Mangaratiba, para lançamento do dossiê, em 26 de abril de 2025; e a terceira em Angra dos Reis, na reunião pública, em 02 de agosto de 2025.

Em relação às iniciativas da equipe de campo do mesoterritório, destacam-se dois pontos principais. O primeiro foi o diálogo com a Superintendência de Patrimônio da União no Rio de Janeiro sobre o TAUS, conduzido pela Coordenação de Justiça Socioambiental do OTSS e da equipe do Redes, que estimulou a participação comunitária na definição de áreas relevantes para práticas sustentáveis. Outro avanço significativo foi a parceria com o Ministério Público Federal, em Angra dos Reis e Paraty, no apoio à Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS para implementação dos comitês locais do Catrapovos, a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos. Essa política pública fortalece a comercialização de produtos agroecológicos e da pesca artesanal pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. As articulações têm ocorrido com perspectiva de implementação em cinco comunidades de Angra dos Reis, três delas na Ilha Grande, abrangendo Enseada das Estrelas e Saco do Céu, Vila do Abraão e Aventureiro, além de outras duas previstas para a próxima fase do Projeto Redes, o Quilombo Santa Rita do Bracuí e a Aldeia Sapukai.

Por fim, é importante ressaltar o fortalecimento das relações institucionais, evidenciado pelo crescimento das reuniões de articulação e das ações formativas em parceria com diferentes organizações. Também se ampliou o número de atividades que envolvem múltiplas comunidades, revelando uma atuação cada vez mais integrada da equipe do mesoterritório. Os cursos da RFS tiveram desdobramentos significativos, gerando ações formativas e partilhas em temas como biodigestores, saneamento ecológico, turismo de base comunitária, pesca artesanal e gestão de riscos e desastres.



Durante o período de outubro de 2024 e julho de 2025, o Meso RJ realizou 30 atividades que envolvem o tema da Educação Diferenciada, 58 atividades relativas ao tema Gestão do Território (envolvendo questão de conflitos ambientais e territoriais, desastres ambientais e unidades de conservação), 63 atividades sobre Pesca Artesanal, 20 atividades sobre Turismo de Base Comunitária, 12 sobre Agroecologia e roças tradicionais, 06 sobre Comunicação Popular e 16 atividades sobre Saneamento Ecológico. Maiores resultados quantitativos podem ser encontrados no Relatório de Monitoramento e Avaliação do Projeto Redes, que mostra o aumento gradativo de atividades durante os 05 anos de execução. Observa-se a participação cada vez mais ativa de cursistas em outras atividades do Projeto Redes e em espaços de participação popular, como os processos de revisão dos planos de manejo das unidades de conservação e a organização das agendas comunitárias, o que reforça o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais na defesa de seus direitos.

### 3.3. Mesoterritório São Paulo (Meso SP)

No Mesoterritório São Paulo, entre outubro de 2024 e julho de 2025, foram realizadas 417 ações, sendo 95 visitas de convivência, 87 reuniões de comissão de base, 16 reuniões de comissão de microterritório, 18 reuniões de comissão de mesoterritório, 6 reuniões de comissão de macroterritório, 135 reuniões de articulação interinstitucional, 08 ações formativas comunitárias, 31 ações formativas agrupadas e 5 partilhas, conforme demonstrado na Tabela 7 do Anexo 9 (Relatório de Monitoramento). Essas atividades resultaram em diferentes frentes de atuação que marcaram o período.

Na temática de Justiça Socioambiental, Governança e Gestão do Território, a equipe realizou 116 atividades com os temas de defesa e gestão territorial, com destaque para as orientações sobre os processos de requerimento do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) nas comunidades de Montão de Trigo e Maresias, em São Sebastião, e Camaroeiro e Cocanha, em Caraguatatuba. Nesta, o processo está em tramitação junto a Secretaria do Patrimônio da União. Além disso, foram realizadas 3 Ações Formativas Comunitárias para instruir sobre Protocolo de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa Fé na Praia da Fome, em Ilhabela, o qual está em elaboração pela comunidade com o auxílio das coordenadoras e educadoras da equipe. Também foi realizado ações conjuntas com a Frente de Luta da Pesca Artesanal do FCT sobre a importância do automonitoramento da pesca artesanal em comunidades de Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela (ver Anexo 9 — Relatório de Monitoramento). O automonitoramento consiste na coleta e no controle de dados e informações precisas sobre a atividade pesqueira e tem como objetivo apoiar o

enfrentamento de proibições (como as que afetam a rede boeira), além de apresentar um perfil detalhado das outras artes de pesca e dos conflitos com a fiscalização, sendo, portanto, uma ferramenta para que as comunidades tradicionais pesqueiras ampliem a defesa dos modos de vida e a autonomia na gestão dos recursos naturais. As discussões sobre o Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes favoreceram um diálogo mais equilibrado com o ICMBio, resultando inclusive na proposta de um curso de formação de condutores de visitantes, exclusivo para comunidades tradicionais. Quanto ao problema de falta de água nas ilhas de Búzios e Vitória, em Ilhabela, a partir da articulação da equipe foram realizados encontros entre as duas comunidades, Defensoria Pública do Estado de São Paulo Rede de Defensores e Defensoras, Incubadora de Tecnologias Sociais/OTSS, O Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (Nupir) da Defensoria Pública do Estado de SP obteve uma liminar que garante o direito à água em comunidades tradicionais caiçaras localizadas nas Ilhas dos Búzios e Vitória, no município de Ilhabela, no litoral norte do Estado. A Ação Civil Pública foi resultado da ausência de resposta da prefeitura de Ilhabela e da Sabesp as recomendações da DPE. Já na temática de gestão de riscos e desastres, manteve-se a parceria com o movimento União dos Atingidos, apoiando a luta contra desapropriação e a realização do Fest Verso, em São Sebastião, que marcou dois anos da criação do movimento após a tragédia-crime de 2023. O projeto também promoveu o encontro da Rede de Defensores e Defensoras em Caraguatatuba e organizou mobilizações para atendimentos da Defensoria Pública da União em Porto Novo, Boiçucanga e São Francisco.

Na área de Educação Popular e Diferenciada, as formações sobre artesanato caiçara em Caraguatatuba estimularam geração de renda, criatividade e práticas sustentáveis, enquanto as oficinas sobre plantas medicinais em São Sebastião e Ilhabela reforçaram a valorização de saberes ancestrais e o cuidado em saúde preventiva. Três formações em educação para as relações étnico-raciais (ERER) abordaram o tema sobre igualdade racial e da educação antirracista, conforme foi observado nas discussões realizadas, nos relatos dos/as participantes e nos materiais produzidos nessas formações. As formações sobre ERER tem alcançado grande espaço e visibilidade nas comunidades, sendo interessante apontar a obrigatoriedade do ensino de ERER na rede municipal de Caraguatatuba, resultando em convites da Secretaria de Educação para a participação do projeto nas discussões. Além disso, a formação sobre o Sítio Arqueológico de São Sebastião reuniu caiçaras e movimentos negros da região para discussão sobre Patrimônio Cultural Negro e Cultura Caiçara. Houve ainda o apoio a práticas culturais e comunitárias, como o Torneio Aleluia de Canoagem e a construção de uma horta agroecológica em Toque Toque Pequeno, em São Sebastião, além de formações voltadas à valorização da cultura caiçara em Toque Toque Grande, em São Sebastião, e na Praia do Bonete, da Ilhabela e da cultura indígena na Aldeia Rio Silveiras. Também se consolidou o coletivo de educação diferenciada de São

Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela, criado no ano anterior, que realizou reuniões, amadureceu propostas e elaborou os dossiês com as ações e propostas dos coletivos de São Sebastião (finalizado) e de Ilhabela (em construção). Os integrantes da equipe e dos coletivos participaram da escuta sobre direito a educação nos territórios rurais do estado do São Paulo a partir do convite da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo e Ministério Público de São Paulo. O estudo será ainda disponibilizado pelas universidades.

Na frente da economia solidária, as ações indicaram fortalecimento da organização comunitária e ampliação de oportunidades econômicas. O fomento ao turismo de base comunitária em Caraguatatuba e Ilhabela mostrou potencial de geração de renda aliado à preservação ambiental e cultural. Oficinas sobre beneficiamento e comercialização do pescado, voltadas especialmente para mulheres pescadoras da Costa Norte de São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela, incentivaram protagonismo feminino, diversificação de fontes de renda e valorização do trabalho de beneficiamento. A formação em maricultura na Cocanha e oficinas de stencil e estamparia na Praia da Fome também estimularam processos de inovação e autonomia produtiva das comunidades.

As demandas territoriais mais expressivas no período estiveram relacionadas à valorização da cultura e identidade caiçara, à defesa do território tradicional e à pesca artesanal (Tabela 25 do Anexo 9). As ações formativas e partilhas nessas temáticas, somadas às visitas de convivência, reuniões comunitárias e articulações interinstitucionais, promoveram aproximação, troca de experiências e fortalecimento de capacidades locais, consolidando a Rede de Formação Socioambiental no Meso SP. Conforme demonstrado nas tabelas 23, 24 e 25 do Anexo 9 (Relatório de Monitoramento e Avaliação), observa-se um crescente volume de atividades nessas temáticas entre 2022 e 2025 e, por consequência, avanços na participação social em espaços de incidência política neste último ano, como a ativa participação de comunitários/as relacionados ao Projeto Redes no Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Norte, no Conselho Municipal Caiçara de Ilhabela, nas conferências municipais de Meio Ambiente e na Audiência Pública da etapa 4 do Pré-Sal, ambas em São Sebastião.

Apesar dos avanços, permanecem desafios de natureza política; ainda assim, mesmo comunidades que não se envolvem de forma imediata são beneficiadas por ações de impacto mais amplo, como articulações institucionais com movimentos sociais (como FCT e União dos Atingidos) e órgãos públicos (como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo), circulação de informações e fortalecimento de processos coletivos que repercutem no território. De modo geral, conforme pode ser observado na seção 5, “Indicadores de resultados” do Anexo 9, os processos formativos integraram saberes tradicionais com a educação ambiental crítica, reforçando a identidade cultural e autonomia das comunidades tradicionais, bem como fortalecendo o protagonismo comunitário na proteção dos territórios e na gestão socioambiental a partir da base.



#### 4. Ações da comunicação do Projeto Redes

O GT Comunicação do Projeto Redes, em parceria com a Coordenação de Comunicação do OTSS, desenvolveu e divulgou conteúdos estratégicos voltados a ampliar a visibilidade das ações realizadas nas comunidades. Nesse período, foram produzidas e publicadas 124 postagens nas redes sociais, como Instagram e Facebook, com o objetivo de valorizar saberes tradicionais, divulgar atividades e fortalecer o vínculo com o público-alvo do projeto. Entre outubro de 2024 e 13 de agosto de 2025, foram publicadas nove matérias no site do OTSS, destacando realizações do projeto. Nas redes sociais, o conteúdo alcançou 264.900 visualizações, 26.887 interações e um público total de 118.566 pessoas, representando um crescimento de 279% no número de visualizações em relação ao ano anterior. O Instagram se consolidou como principal canal de engajamento, reunindo 236.444 visualizações, 26.052 interações e 100.303 pessoas alcançadas, enquanto o Facebook manteve relevância junto a públicos específicos, com 28.456 visualizações, 835 interações e 18.263 pessoas alcançadas. No YouTube, vídeos institucionais e educativos também ampliaram a presença digital do projeto, com destaque para produções como Projeto Redes – Boletim Redes 2024, Encontro Saúde e Cultura Tradicional em São Sebastião e Partilha de Turismo de Base Comunitária no Quilombo da Caçandoca, em Ubatuba, reforçando a estratégia integrada de comunicação.

Os conteúdos que obtiveram maior interação foram aqueles que combinaram narrativas visuais e textuais alinhadas às práticas culturais das comunidades e aos temas socioambientais do território. Publicações que trouxeram depoimentos de moradores, registros de atividades e imagens que retrataram o cotidiano local tiveram bom desempenho, demonstrando o interesse do público em materiais que valorizam identidade, pertencimento e memória coletiva.

Nos anexos 6 e 7, referentes ao boletim e ao vídeo documentário anuais estão sistematizados os principais avanços da Fase II do Projeto Redes, já citados nesse relatório anual. Em síntese, a comunicação desempenhou um papel fundamental ao ampliar o alcance digital do projeto em relação ao período anterior e ao fortalecer sua função de difusão de informações e valorização cultural, especialmente nas comunidades, onde também se observou o compartilhamento das publicações em grupos de WhatsApp comunitários. Para o início da Fase III, está prevista a criação de um website e de uma rede social específica do Projeto Redes, o que possibilitará integrar todas as informações e conteúdos já publicados. Essa iniciativa contribuirá para reforçar a memória coletiva do projeto e fortalecer sua interface com o direito de acesso à informação no processo de licenciamento ambiental da exploração de petróleo e gás conduzido pelo Ibama.

## 5. Projetos Territorializados de Aprendizagem (PTAs)

Os Projeto Territorializados de Aprendizagens (PTAs) tem como objetivo fortalecer as vocações socioeconômicas das comunidades pesqueiras e tradicionais mediante a sua implementação, integrando-os à Rede de Formação Socioambiental e ao Projeto Político Pedagógico, com foco em economia solidária, gestão territorial sustentável e justiça socioambiental, de modo a garantir autonomia comunitária, preservação dos modos de vida e mitigação dos impactos da indústria do petróleo e gás.

A proposta metodológica preliminar para os PTAs foi apresentada ao Ibama em 2022 e, após debates com atores do território, equipe do Projeto Redes e Petrobras, resultou no documento “Metodologia para identificação, seleção, implementação, acompanhamento e avaliação de PTAs”, que serviu de base para a elaboração do Plano de Trabalho em abril de 2025. O processo foi construído de forma participativa, a partir de reuniões do Grupo de Trabalho dos PTAs (GT PTAs), oficinas de formação, consultas a diferentes instâncias de governança (Colegiado do Projeto, Coordenação do OTSS, Coordenação Interinstitucional) e alinhamentos com Petrobras e Ibama.

Entre o período que engloba este relatório anua, o desafio foi produzir, a partir da metodologia aprovada em 2022, um plano de trabalho dos PTAs em diálogo com as demais atividades da Rede de Formação Socioambiental. Ainda em 2025, organizou-se um Grupo de Trabalho para aprimorar esse plano de trabalho e construir um documento detalhando a articulação entre as atividades do PTAs e da RFS.

Os principais desafios identificados dizem respeito à manutenção da coerência político-pedagógica entre os dois Planos de Trabalho — os processos formativos e os Projetos Territorializados — especialmente diante da ampliação da equipe, do aumento de sujeitos participantes e da inclusão de novos parceiros. Quanto mais ampliamos o escopo de atuação, maiores se tornam os desafios para garantir fluxos consistentes de coesão e diálogo entre as diferentes ações.

Além disso, será necessário aproximar os espaços de governança da Rede de Formação Sociambiental dos espaços de governança dos PTAs, de modo a fortalecer a integração entre eles.

Apesar desses desafios, uma potencialidade já observada é a possibilidade de articular atividades formativas críticas com a construção de projetos concretos e empíricos nos territórios. Essa integração reforça dois elementos centrais das reivindicações das pescadoras e pescadores atingidos: a oferta de formação crítica e continuada e a implementação de projetos de fortalecimento econômico.

## 6. Gestão

No âmbito da gestão do Projeto Redes, o último ano da Fase II foi marcado por avanços importantes e por uma série de transformações processuais, com fortalecimento da equipe e melhor divisão de tarefas. Entre eles, destaca-se a melhoria de ferramentas que possibilitaram monitoramento mais eficaz das atividades de campo e demais ações. A formação e o diálogo contínuo com as equipes sobre o preenchimento dos formulários e a relevância do registro de evidências permitiram aprimorar a quantificação das atividades, resultando em análises mais consistentes e em uma demonstração mais qualificada dos resultados do projeto. A partir de uma relação mais próxima com a Petrobras, também foi possível ajustar fluxos de trabalho e adequar produtos e documentos.

Apesar dos progressos, ainda persistem desafios, sobretudo em função do volume de atividades realizadas pelas equipes e das dificuldades de acesso a dispositivos eletrônicos e internet em comunidades mais isoladas. Para enfrentar essas questões, está previsto, na próxima fase, o uso de um sistema mais intuitivo e acessível para os formulários, além da revisão e adequação dos modelos de documentos e produtos, como relatórios e roteiros pedagógicos. Essa transição será acompanhada de formações específicas já programadas para o início da Fase III.

No que se refere à execução físico-financeira, a adoção de tetos orçamentários por atividade, serviços e mesoterritórios, somada à definição de fluxos mais eficazes para aprovação de solicitações de pagamento e, posteriormente, ao monitoramento físico dos relatórios mensais e das atividades registradas e sistematizadas, conferiu maior robustez e transparência a um processo que, até então, carecia de delimitações objetivas.

Ao final deste ciclo, o Projeto Redes consolidou-se como referência em gestão dentro do OTSS e passou a ser constantemente demandado para demonstrar fluxos de processos relacionados ao monitoramento físico-financeiro das ações de campo.

### 6.1. Núcleo Gestor Político-Pedagógico (NGPP)

O Núcleo Gestor Político-Pedagógico (NGPP) manteve, entre outubro de 2024 e agosto de 2025, uma rotina de encontros quinzenais online voltada a garantir coerência político-pedagógica e integração entre eixos, mesoterritórios e parceiros institucionais (FCT, Fiocruz e OTSS). Nesse período, o grupo funcionou como espaço de articulação estratégica e de alinhamento das ações formativas no contexto do licenciamento, fortalecendo a governança do Projeto Redes e a conexão com agendas territoriais, comunicacionais e de pesquisa.

No campo pedagógico, os debates se concentraram no desenho e condução dos cursos referenciais (incluindo Raízes dos Saberes) e dos Blocos Temáticos, na integração do licenciamento ambiental como eixo transversal, e na consolidação de metodologias de Educação Emancipatória. Foram pautados critérios para seleção de cursistas com representatividade territorial e diversidade, definições de cuidados nos espaços de ciranda para acolhimento das crianças a partir das diretrizes do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), políticas de comunicação popular, e o fortalecimento de processos de monitoramento, avaliação e sistematização (relatórios e cadernos de metodologias). O NGPP também foi responsável por organizar o planejamento da equipe Redes, buscando criar organicidade e coerência entre as diferentes metas do projeto e por articular o diálogo como CPP. Também realizou a interlocução do trabalho do Projeto Redes com iniciativas como Catrapovos/PNAE e o Seminário de Integração.

No plano político-institucional e territorial, o grupo discutiu mediações em contextos sensíveis, protocolos de integridade e enfrentamento ao racismo (com referências à EREER - Educação para as Relações Étnico-Raciais), além de diretrizes para os Polos de Saberes — escopo pedagógico, critérios técnicos e requisitos de regularização fundiária. Foram temas recorrentes a transição para a Fase 3, a organização de GTs e Núcleos de Acompanhamento, a compatibilização de modelos contratuais/financeiros e a articulação com Fiotec, Petrobras e Ibama. Fez parte das atribuições do NGPP o acompanhamento do desenvolvimento de todas as metas do projeto, buscando criar coerência e diálogo entre sua execução e resultados. Em síntese, o NGPP operou como instância de coerência político-pedagógica e de cuidado com os territórios, orientando o conjunto do projeto por princípios de justiça socioambiental, ecologia de saberes e autonomia comunitária.

## 6.2. Grupos de Trabalho (GTs)

Entre as atividades realizadas pelos grupos de trabalho (GTs), destaca-se:

**GT Redes:** continuação do debate sobre a atualização do PPP da RFS e revisão do Regimento Interno e ampliação do diálogo com a CPP.

**GT Comunicação:** realizou 15 encontros no último ano, com objetivo de planejar produtos e atividades relacionados ao tema da comunicação popular; participou no curso com parceiros de Comunicação Popular da Rede de Formação Socioambiental; realizou a oficina “Design para não designers” promovida pela equipe do Mídia Ninja, com objetivo de aperfeiçoar a produção de materiais de comunicação digital e impressos produzidos pelos territórios; apoiou na elaboração do boletim e do vídeo documentário dos cinco anos do Projeto Redes.

**GT Cadernos:** surgiu da necessidade de criar um material didático-pedagógico que sirva como ferramenta de apoio para educadores/as nas atividades de campo, ao mesmo tempo em que registra o histórico da RFS e seus principais resultados. A proposta prevê a elaboração de dois volumes complementares:

1. Caderno Metodológico – reunirá a sistematização das dinâmicas, avaliações, místicas, cirandas, trabalhos integrados e demais metodologias desenvolvidas nos cursos da RFS;
2. Caderno Institucional – respondendo a uma necessidade estratégica identificada internamente, este caderno apresentará o histórico das formações e atividades territorializadas realizadas na Fase 2, destacando sua incidência política, os resultados alcançados e as contribuições para a gestão e permanência dos territórios tradicionais.

Os encontros do GT acontecem quinzenalmente.

**GT Formação:** é composto pela equipe do Colegiado dos Cursos da Rede de Formação Socioambiental (RFS), em articulação com as coordenações pedagógicas de cada curso. Os encontros acontecem semanalmente durante o período de realização dos cursos, garantindo acompanhamento contínuo e integrado. Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se:

- Planejamento e organização: reuniões voltadas à elaboração da programação, definição de editais e acompanhamento das etapas de execução.
- Discussões pedagógicas: espaços de diálogo para orientar a integração entre conteúdos, metodologias e a questão-problema de cada curso.
- Apoio técnico: orientação para a escrita e sistematização dos relatórios finais.
- Alinhamento e avaliação interna: processos de monitoramento e análise crítica sobre o andamento e os resultados dos cursos, fortalecendo a coerência pedagógica e a qualidade formativa.

**GT PT3 / Convênio:** foi o GT responsável pela elaboração e apresentação do Plano de Trabalho da Fase 3, bem como pelo diálogo entre as diversas instâncias envolvidas, em reuniões de alinhamento com a Petrobras e Ibama. Trata também de questões relacionadas ao convênio que será firmado ao final da presente fase.

**GT Pesquisa:** concentrou-se na revisão dos relatórios entregues em 2024, na consolidação da base de dados das comunidades, na elaboração do perfil dos cursistas para os relatórios dos 8 cursos com parceiros, no monitoramento das atividades realizadas e na elaboração dos capítulos do relatório final de atualização do diagnóstico participativo.

## 7. Ações vinculadas à Pesquisa

Em relação aos produtos da pesquisa entregues em 2024, destaca-se a devolutiva às equipes de mesoterritório e à coordenação dos resultados do monitoramento, com a apresentação dos indicadores e dos gráficos e mapas que demonstraram o desempenho do Projeto Redes em 2024, em comparação com o ano anterior, com o objetivo de gerar encaminhamentos para o planejamento do último ano.

A base de dados apresentada no anexo 8 se refere à pesquisa iniciada em 2023 junto aos educadores para caracterizar cada comunidade em relação aos principais temas de atuação do projeto. Apesar do longo tempo de aplicação, o resultado completo apresentou um percentual de respostas suficiente para gerar gráficos e análises sobre a maioria dos temas da pesquisa e permitiu subsidiar a elaboração das seções temáticas da atualização do diagnóstico participativo. Além disso, deixa um legado para a próxima fase, com um panorama da situação de cada comunidade e de cada tema expressa a partir de informações básicas que podem ser apropriadas e aprofundadas no trabalho de campo dos educadores – em especial nas perguntas e comunidades em que não se chegou a respostas definitivas. Os principais documentos produzidos pela pesquisa nesse ano foram:

O relatório de monitoramento e avaliação de 2025 (Anexo 9) foi elaborado com indicadores territoriais e temáticos, como nos anos anteriores, mas agora com os resultados agregados de cinco anos de execução do projeto.

Sobre o perfil dos cursistas da RFS, foram elaboradas as tabelas e gráficos que identificam as comunidades e perfis de inscritos e cursistas de cada curso. Esses resultados foram apresentados nos relatórios de curso e constam no relatório de atualização do diagnóstico participativo (anexo 10), que também foi produzido com os capítulos referentes aos principais temas síntese, agrupados por bloco temático.

## 8. Blocos Temáticos

Os blocos temáticos de Economia Solidária, de Educação Diferenciada e Justiça Socioambiental são realizados de forma online e contam com a participação de educadores, coordenadores, cursistas, pesquisadores e convidados do Projeto Redes. Esses encontros desempenham um papel estratégico na definição dos conteúdos dos cursos, no incentivo à pesquisa e na articulação das atividades de campo da Rede de Formação Socioambiental (RFS). A metodologia adotada foi baseada na análise de estudos de caso e em debates conceituais, conduzidos por pesquisadores e/ou lideranças comunitárias, a partir das realidades atuais dos territórios.

Cada bloco temático realizou encontros mensais entre outubro de 2024 e agosto de 2025. Em alguns momentos, os blocos de Economia Solidária e Justiça



Socioambiental unificaram suas reuniões, aproveitando a convergência de pautas. Ao todo, foram realizadas 18 reuniões dos blocos temáticos de Economia Solidária, Educação Diferenciada e Justiça Socioambiental, além de 04 reuniões ampliadas envolvendo os três blocos.

### 8.1. Educação Popular e Diferenciada

Entre outubro e dezembro de 2024, o Bloco Temático de Educação Popular da Rede de Formação Socioambiental (RFS) abordou metodologias e práticas voltadas para o fortalecimento das comunidades, especialmente das mulheres. O destaque foi para a educação popular como instrumento de transformação social e valorização da escuta e do afeto, como evidenciado pela prática do “Femenagear”<sup>1</sup>. Nos encontros seguintes, foram debatidos os resultados do Curso de Educação Diferenciada e a atuação dos Núcleos de Acompanhamento (NAs), ressaltando o papel estratégico dos Coletivos de Apoio à Educação Diferenciada do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Encerrando o ano, foi lida a “Carta de Paraty Mirim” com princípios e diretrizes para 2025, seguida da definição de ações futuras.

No primeiro semestre de 2025, os encontros aprofundaram os debates sobre Educação Diferenciada, dialogando com temas como pesca artesanal, produção de dossiês nos municípios, intercâmbio internacional e políticas públicas. Em janeiro, discutiu-se o vínculo entre a pesca artesanal e a educação diferenciada, revelando os desafios enfrentados por comunidades pesqueiras. Em março, a produção dos dossiês pelos Coletivos se mostrou uma estratégia importante de sistematização e enfrentamento político. Abril foi marcado por um intercâmbio com a experiência da educação comunitária Mapuche do Chile, fortalecendo o diálogo intercultural e latino-americano.

Nos meses de maio a julho, os encontros ampliaram os horizontes dos Blocos Temáticos ao abordar políticas públicas nacionais e marcos históricos regionais. A discussão conjunta sobre a PNAE e a iniciativa da Catrapovos evidenciou a importância de articular educação, alimentação e cultura tradicional. Já em junho, o destaque foi a Reunião Pública de Educação Diferenciada de Paraty, que celebrou os 10 anos do Coletivo de Educação Diferenciada do FCT, reafirmando suas conquistas e propondo novos caminhos para consolidar e expandir o direito à Educação Diferenciada nos territórios tradicionais. Por fim, em julho a discussão sobre o PL da Devastação representa a tentativa de acelerar a destruição dos territórios e a Educação Diferenciada representa um caminho para a autodefesa das comunidades pesqueiras. Para essas populações, a ameaça não é apenas ambiental, mas territorial e cultural.

<sup>1</sup> Femenagear é um neologismo feminista. Criado a partir da fusão “feminino” e “homenagem”. Utilizado para dar colocar o foco em mulheres, revisitando suas histórias, lutas e contribuições para a pesca artesanal e os territórios tradicionais.

## 8.2. Economia solidária

Entre novembro de 2024 e junho de 2025, os encontros do bloco temático de Economia Solidária abordaram questões centrais para os territórios tradicionais, começando com a comunicação popular como ferramenta estratégica para engajamento, denúncia e enfrentamento das mudanças climáticas. Em seguida, os debates de dezembro enfatizaram a relação entre saúde e cultura tradicional, destacando a criminalização de práticas ancestrais pelo Estado e os impactos do capital sobre os modos de vida.

Nos primeiros meses de 2025, os blocos aprofundaram temas como os Protocolos de Consulta, baseados na Convenção 169 da OIT, destacando o protagonismo comunitário na construção desses instrumentos. Também foi debatido o licenciamento ambiental e suas limitações em influenciar projetos que já chegam definidos aos territórios, além dos riscos trazidos pelo "pacote da destruição" referência ao Projeto de Lei 2159/2021 conhecido como PL da Devastação. As discussões reforçaram a importância da participação das comunidades nos conselhos e processos decisórios, como forma de garantir que os impactos socioambientais sejam tratados a partir do olhar e das necessidades locais, incluindo a proposição de condicionantes que atendam à realidade dos povos e comunidades tradicionais dentro do processo de Licenciamento Ambiental da exploração do Petróleo e Gás.

Nos meses seguintes, os temas se voltaram à valorização das práticas tradicionais e economia dos territórios, com destaque para os produtos da bioeconomia e o potencial de recursos locais como a jaca, a pupunha e a taboa. Em maio, a discussão sobre a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Catrapovos ressaltou a importância da alimentação escolar como mecanismo de segurança alimentar, fomento à economia local e valorização da produção da agricultura familiar. Por fim, foi trabalhada a precificação no Turismo de Base Comunitária (TBC), buscando garantir a sustentabilidade econômica dessas iniciativas sem perder o caráter cultural e social. O envolvimento comunitário, o planejamento detalhado dos roteiros, o equilíbrio entre custos, margens de lucro e viabilidade a longo prazo foram considerados fundamentais para o fortalecimento do TBC nos territórios.

## 8.3. Justiça Socioambiental, Governança e Gestão do Território (JSA)

Entre novembro e dezembro de 2024, o bloco temático da Justiça Socioambiental, Governança e Gestão do Território abordou os temas de comunicação popular e a saúde e cultura tradicionais, respectivamente. Em novembro, destacou-se a criação da Rede Nacional de Comunicadores Populares, que visa fortalecer a comunicação em rede e buscar ampliar a transparência nos processos de licenciamento ambiental a partir dos territórios. Em dezembro, o debate



sobre saúde e cultura trouxe à tona os impactos culturais dos danos socioambientais e reforçou a agroecologia como promoção da saúde, com destaque para alimentação saudável e uso de ervas medicinais, influenciando diretamente os conteúdos formativos do curso de Saúde e Cultura Tradicional da Rede de Formação Socioambiental.

Ao longo de 2025, os blocos temáticos de JSA aprofundaram discussões em áreas como licenciamento ambiental, protocolos comunitários, gestão de risco e direitos territoriais. Em janeiro, tratou-se da Consulta Prévia (Convenção 169 da OIT) e dos Protocolos Comunitários, com destaque para as concessões de águas da União voltadas à aquicultura, criticadas por favorecerem a exploração econômica em detrimento dos direitos comunitários. A partir dessas discussões, foram organizadas atividades de campo nas comunidades sobre o tema, a exemplo da AFC na Praia da Fome, em Ilhabela-SP, que estão finalizando seu protocolo de consulta. Em março, o bloco sobre Licenciamento Ambiental Aplicado revelou avanços como a incorporação de demandas dos territórios nos pareceres do Ibama e a participação em reuniões públicas da fase 4 do Pré-sal, demonstrando apropriação técnica e política por parte das comunidades. Já em abril, a gestão de risco foi debatida com foco em metodologias participativas, evidenciando resultados concretos, como a mobilização comunitária frente a desastres ocorridos no mesmo ano em Monsuaba (Angra dos Reis).

De maio a julho, o debate sobre a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Catrapovos destacou os desafios de inserção de alimentos da pesca artesanal na alimentação escolar, propondo formações para ampliar esse acesso. Um dos encaminhamentos desse encontro foi o coletivo de Educação Diferenciada articularem reuniões para apresentação da Catrapovos as secretarias municipais de Educação para eventual implementação da iniciativa. Em junho, o foco foi a precificação de roteiros de Turismo de Base Comunitária (TBC), tema de grande interesse das comunidades em processo de organização para desenvolver roteiros próprios. O encontro contou com a Rede Nhandereko e reafirmou o TBC como estratégia de resistência, valorização cultural e geração de renda, com exemplos práticos de comunidades que implementaram roteiros de TBC em suas comunidades, como Baía de Castelhanos, São Gonçalo e Quilombo da Fazenda. Finalizando o ciclo, em julho ocorreu o BT Integrado sobre o Projeto de Lei 2159/2021 que colaborou para aprofundar os artigos do PL da Devastação e seus impactos às comunidades pesqueiras.

## 9. Cursos da Rede de Formação Socioambiental

Desde 2022, a Rede de Formação Socioambiental (RFS) do Projeto Redes, promoveu mais de 1.000 horas de formação, com a participação de mais de 300 cursistas, entre eles lideranças comunitárias, quilombolas, caiçaras, indígenas,

jovens, marisqueiras, pescadores e agricultores, articulando mais de 33 parceiros institucionais. Desde então, foram realizados: o curso Maré de Saberes (2022-2023), 08 Cursos com Parceiros (2024-2025) e o curso Raízes dos Saberes (2025).

Importante destacar que na última OFPC, realizada entre 10 e 12 de setembro de 2025 aconteceu o batismo da Rede de Formação Socioambiental, a partir da reflexão e debate entre os participantes que propuseram palavras, valores e imagens que expressam a identidade da RFS; a partir da sistematização coletiva, o nome escolhido pela equipe foi “Puçá Porã”, entendendo que o “puçá”, ferramenta de pesca presente nas culturas caiçara, indígena e quilombola, traz o sentido simbólico da Rede como instrumento de luta, memória, resistência e futuro, e “porã”, palavra guarani para designar o que é belo, bom, bonito e até sagrado.

A metodologia dos cursos foi fundamentada na Pedagogia da Alternância, que articulou momentos de formação teórica (Tempo Escola) e prática comunitária (Tempo Comunidade), valorizando o território como produtor de epistemologias. Essa abordagem promoveu a construção coletiva do conhecimento a partir das vivências locais, fortalecendo a identidade, a autonomia socioambiental e a luta por direitos fundamentais das comunidades tradicionais. Entre suas ferramentas pedagógicas, destacam-se a questão-problema, o núcleo de acompanhamento e o trabalho integrado baseados no diálogo de conhecimentos técnicos e nos saberes tradicionais advindos das vivências comunitárias.

### 9.1. Cursos com parceiros

No período de outubro de 2024 a abril de 2025, foram realizados oito cursos com parceiros, conforme previsto no Plano de Trabalho da Fase 2 do Projeto Redes. Os cursos foram construídos com base em demandas territoriais e foco no Licenciamento Ambiental. Os temas abordados foram definidos a partir do acúmulo de debates em diferentes instâncias do Projeto Redes, como, CPP, Blocos Temáticos, reuniões de Grupos de Trabalho (GT), ações realizadas no trabalho de campo pelas equipes (Ações Formativas, Partilhas etc.) além das contribuições dos Núcleos de Acompanhamento (Nas) do curso Maré de Saberes.

As comissões pedagógicas dos cursos foram formadas com representantes da CPP, colegiado dos 08 cursos, equipe de campo, educadores(as), NGPP e frentes de luta do FCT. Cada curso contou com até 31 participantes (25 comunitários(as) e 6 educadores(as) mobilizadores(as)), respeitando critérios de paridade entre gênero, raça e mesoterritório.

A incidência política dos cursos nos territórios tradicionais foi fortalecida pelos Núcleos de Acompanhamento (NAs), por meio da integração entre educadores(as), lideranças comunitárias, instituições parceiras e organizações de luta. Isso é fruto da proposta metodológica da Educação Popular e Diferenciada, através da Pedagogia

da Alternância nos cursos. A seguir, apresentamos uma tabela síntese com os cursos realizados no período, acompanhada dos principais desdobramentos e incidências políticas nos territórios tradicionais.

O impacto político dos cursos nos territórios tradicionais foi potencializado pelas estratégias de Alcance Territorial e Incidência Política. Esse fortalecimento foi impulsionado metodologicamente pelos Núcleos de Acompanhamento (NAs), que promoveram a integração entre educadores(as), lideranças comunitárias, instituições parceiras e organizações de luta. O detalhamento dos temas desenvolvidos no curso, os trabalhos integrados e o trabalho dos NAs estão descritos nos relatórios finais de cada curso.

Toda essa abordagem é fruto da proposta da Educação Popular, Ambiental Crítica e Diferenciada, aplicada através da Pedagogia da Alternância nos cursos.

Esse impacto combinado se reflete diretamente no fortalecimento da organização de base comunitária, na defesa dos territórios e na capacidade de influenciar políticas públicas. A seguir, apresentamos uma tabela síntese com os cursos realizados no período, acompanhada dos principais desdobramentos e incidência política nos territórios tradicionais.

**Tabela 2 - Síntese e incidência dos cursos nos territórios**

Curso	Período	Desdobramentos e Incidência Política
<b>Gestão de Riscos</b>	set. – out. 2024	Ampliação das redes comunitárias e inclusão do tema nos debates do OTSS. Realização de rodas de conversa, formações e intercâmbios sobre riscos e justiça climática. Ações formativas na Ilha Grande e mapeamento de áreas vulneráveis no Quilombo da Marambaia. Levantamento histórico e construção de estratégias locais na comunidade Folha Seca (Meso SP), com apoio da Unidade Básica de Saúde (UBS) e da escola local.
<b>Educação Diferenciada</b>	set. – nov. 2024	Atuação política nos Conselhos Municipais de Educação (Meso SP) com proposições ao Plano Municipal de Educação (PME) e mapeamento de lacunas de dados. Fortalecimento e consolidação dos Coletivos de Apoio à Educação Diferenciada em seis municípios.

		<p>Construção de metas para os PMEs considerando especificidades dos territórios tradicionais e pesqueiros.</p> <p>Inclusão da disciplina de EREER na rede pública de Caraguatatuba.</p> <p>Fortalecimento da comunicação comunitária no Sahy e articulação com Defensorias Públicas.</p>
<b>Comunicação Popular</b>	out. – nov. 2024	<p>Divulgação da campanha “Você sabia?” junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais.</p> <p>Ação formativa na escola do Matariz (Ilha Grande) sobre licenciamento ambiental e direitos.</p> <p>Valorização de mídias comunitárias como a Rádio Caiçara do Zaqueu e produção de materiais acessíveis para a defesa dos territórios.</p>
<b>Turismo de Base Comunitária</b>	out. – dez. 2024	<p>Apoio à Rede Nhandereko e implementação de roteiros comunitários em Paraty, São Gonçalo e São Sebastião.</p> <p>Fortalecimento da gestão comunitária e integração entre TBC, agroecologia e juventudes (Meso SP).</p> <p>Realização de roteiro integrado entre aldeia Sapukai, Quilombo Santa Rita do Bracuí e Praia do Recife, em Angra dos Reis.</p>
<b>Saúde e Cultura Tradicional</b>	fev. – mar. 2025	<p>Implantação de horta agroecológica e realização de mutirão em São Gonçalo.</p> <p>Coleta e resgate de plantas medicinais e saberes populares.</p> <p>Integração entre saúde, agroecologia e cultura tradicional como estratégia de resistência e valorização territorial, por meio do resgate de pratos tradicionais.</p>
<b>Pesca Artesanal e Gestão Costeira e Marinha</b>	mar. – abr. 2025	<p>Reivindicação de direitos pesqueiros na Praia Vermelha com apoio da APEPAD e articulação com a ESEC TAMOIOS.</p> <p>Incidência junto às secretarias municipais para regularização da atividade pesqueira no Meso RJ.</p>

Fonte: Colegiado Cursos Rede de Formação Socioambiental

Dessa forma, os 08 Cursos com Parceiros mantiveram estreita relação com as realidades dos territórios tradicionais, possibilitando reflexões profundas sobre os Trabalhos Integrados elaborados pelos NAs, gerando desdobramentos concretos nas ações de campo do Projeto Redes.

## 9.2. Raízes dos Saberes

Realizado em 2025, o curso “Raízes dos Saberes” marcou a etapa final da Fase 2 da trajetória formativa da Rede de Formação Socioambiental (RFS). Com foco na defesa e gestão dos territórios tradicionais, o curso foi voltado exclusivamente a participantes que haviam concluído formações anteriores promovidas pela RFS entre 2022 e 2025.

Foram recebidas 73 inscrições entre os dias 30 de abril a 07 de maio, para preenchimento de 54 vagas disponibilizadas em duas turmas, uma no estado do Rio de Janeiro e outra em São Paulo, com até 27 participantes cada. As vagas respeitaram critérios de representatividade entre mesoterritórios, além de paridade de gênero e raça. Ao término da formação, o grupo de concluintes totalizou 25 participantes na turma do Rio de Janeiro (RJ) e 18 participantes na turma de São Paulo (SP).

A formação teve carga horária total de 60 horas por turma e foi estruturada com base na Pedagogia da Alternância, distribuída em três tempos formativos. A turma do Rio de Janeiro teve suas atividades realizadas nos períodos de 21 a 23 de maio (Tempo Escola 1), 26 de maio a 06 de junho (Tempo Comunidade), e 10 a 12 de junho (Tempo Escola 2). Já a turma de São Paulo foi realizada nos dias 03 a 5 de junho (Tempo Escola 1), 09 a 18 de junho (Tempo Comunidade), e 24 a 26 de junho (Tempo Escola 2).

A proposta formativa esteve organizada em torno de quatro eixos principais, coincidentes com os Blocos Temáticos que estruturam o projeto Redes: Educação Emancipatória, Economia Solidária, Justiça Socioambiental e Governança Viva. Também foram abordados temas como o Licenciamento Ambiental Aplicado e os “Barracões dos Saberes”, que, por meio das chamadas “Culturais Pedagógicas”, trouxeram para o centro do debate questões do cotidiano que atravessam as relações sociais e os processos de luta territorial, como: identidade, letramento racial, interseccionalidade, gênero, práticas de saúde popular e emergências climáticas. Destaca-se a linguagem acessível e conectada à cultura popular, valorizando as expressões locais como formas legítimas de resistência, pensamento crítico e transformação social.

O curso contou com a participação de mais de 22 mestres e mestradas, lideranças comunitárias e jovens dos territórios tradicionais, que integraram a programação das turmas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa participação ativa não apenas enriqueceu o processo formativo, como também representou uma importante estratégia de incidência e articulação política, ao valorizar os sujeitos coletivos que protagonizam as lutas nos territórios. Como resultado inicial do processo formativo e das apresentações dos Núcleos de Acompanhamento, destacam-se o fortalecimento do pertencimento comunitário, a ampliação da mobilização política e a reafirmação da educação popular e diferenciada como ferramenta de resistência e defesa dos territórios.

Como resultado inicial do processo formativo e das atividades dos Núcleos de Acompanhamento (NAs), destacam-se avanços qualitativos que foram identificados e acompanhados de forma contínua.

O fortalecimento do pertencimento comunitário, a ampliação da mobilização política e a reafirmação da educação popular e diferenciada (como ferramenta de resistência e defesa dos territórios) foram percebidos principalmente:

- Nas discussões e debates ocorridos durante os módulos do curso;
- Nos diálogos e trocas realizados nas reuniões dos NAs;
- E na elaboração e apresentação dos Trabalhos Integrados, que constituem um dos principais meios avaliativos da formação.

As apresentações desses trabalhos, que consolidam e evidenciam esses avanços, estão disponíveis para consulta no relatório final do curso.

Mais do que uma etapa final da formação, o curso representou o enraizamento dos saberes construídos coletivamente ao longo dos últimos anos e contribuiu de maneira decisiva para valorizar o protagonismo de povos e comunidades tradicionais e pesqueiras na gestão de seus territórios, na preservação de seus saberes ancestrais e na continuidade da mobilização social em defesa da vida.

### 9.3. Licenciamento Ambiental nos Cursos da RFS

O território que se estende de Mangaratiba (RJ) até São Sebastião (SP) é habitado há gerações por povos e comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas, com sua enorme riqueza sociocultural. A partir da construção da rodovia Rio-Santos, na década de 1970, essa região começou a sofrer com a intensificação de diversas atividades econômicas que vem impactando os modos de vida tradicionais.

Mais recentemente, a exploração de petróleo e gás nas camadas do pré-sal e pós-sal na Bacia de Santos adicionaram a esse território mais uma camada de complexidade, impactos e riscos. A ameaça de vazamentos de óleo e outros incidentes coloca em perigo não apenas o meio ambiente, mas também os territórios e os modos de vida tradicionais.

Embora seja uma ferramenta central da política ambiental, o licenciamento apresenta limites importantes — tanto no que diz respeito às responsabilidades institucionais do IBAMA e de suas coordenações, quanto na própria metodologia utilizada para identificar e tratar os impactos socioambientais. Apesar de abrir uma via formal de participação, especialmente por meio das audiências públicas, ele não esgota as possibilidades de incidência social. Há outros espaços de gestão ambiental que também podem e devem ser ocupados pelos povos e comunidades tradicionais,



e é justamente nesse ponto que o PEA ganha relevância: fortalecer, por meio de ações formativas, a apropriação e a participação qualificada nesses diferentes espaços de decisão.

Reconhecendo a centralidade desse processo e atendendo à Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 no que tange a Linha de Ação A – Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental, o Projeto Redes incorporou o tema do licenciamento ambiental de forma transversal em seus cursos da Rede de Formação Socioambiental.

Ao longo dos 08 cursos com parceiros desenvolvidos pela RFS, os módulos de licenciamento ambiental tiveram os seguintes objetivos: (1) Analisar o licenciamento ambiental como uma ferramenta de gestão de conflitos socioambientais, discutindo seus avanços e limites. (2) Avaliar os impactos do empreendimento Etapa 4 do Pré-Sal e sua relação com as temáticas abordadas no curso, discutindo a relação impactos x condicionantes propostas pelo projeto. (3) Investigar o caminho metodológico para a revisão/indicação de impactos e construção de condicionantes, com ênfase na participação das comunidades tradicionais e na incorporação das suas vozes no processo de licenciamento.

Dentre os principais resultados obtidos, destaca-se: (1) A ampliação territorial do debate do licenciamento ambiental, uma vez que os cursistas que compuseram os cursos representam 79 comunidades do território; (2) A reflexão dos cursistas sobre disputa de usos existente no território; (3) A maior apropriação sobre o licenciamento ambiental federal, suas etapas e suas limitações; (4) O entendimento do mar como última fronteira do capitalismo e o petróleo como principal combustível do seu motor; e (5) A apropriação sobre o caminho para a proposição e reivindicação de impactos e projetos de condicionantes, (6) Construção de metodologias de educação popular para a formação sobre licenciamento ambiental.

As reuniões públicas sobre o empreendimento Etapa 04 do Pré-sal para os povos caiçaras, quilombolas e indígenas no território em março de 2025 foram um bom termômetro para apreciar a participação e organização comunitária no tema do licenciamento ambiental. As três reuniões contaram com a presença de mais de 300 comunitários, representantes de mais de 33 associações e coletivos do território, que trouxeram reivindicações importantes, relacionadas a impactos ocasionados pela exploração de petróleo e gás no território, mas ainda não reconhecidos nos estudos (EIAs e RIMAs) oficiais.

Nos cursos referenciais 'Raízes dos Saberes', os cursistas que já haviam participado dos módulos anteriores puderam aprofundar o debate sobre o licenciamento ambiental. Para as duas turmas, os principais objetivos do módulo foram: aprofundar a discussão sobre o licenciamento ambiental federal (o módulo abordou o tema do licenciamento explorando seu passado, presente e futuro. Discutiu-se como os empreendimentos eram conduzidos antes das legislações, como o licenciamento opera atualmente na gestão ambiental compartilhada e quais são os futuros desafios dessa política pública, considerando as ameaças representadas pelo

PL 2159/2021) e construir coletivamente o próximo módulo de licenciamento ambiental na RFS (um dos focos foi definir os rumos para os próximos cursos da Rede de Formação Socioambiental. Buscou-se responder a questões como: 'Quais temas do licenciamento ambiental queremos aprofundar?' e 'Como podemos avançar nos estudos dos impactos da cadeia de petróleo e gás, indo além da exploração e produção do pré-sal?'. Além disso, o módulo incentivou a criação de um diálogo com outros Fóruns de Comunidades Tradicionais sobre a temática do petróleo).

Dentre os principais resultados obtidos, destaca-se: 1. Apropriação e compreensão aprofundada sobre o Projeto de Lei 2159/2021, com especial atenção aos riscos socioambientais que essa proposta representa para as políticas de licenciamento ambiental. 2. Incentivo à mobilização nas redes sociais e a realização de um ato público sobre o PL 2159/2021; 3. Construção coletiva e aprofundamento dos interesses dos participantes em relação às temáticas do licenciamento ambiental.

Maiores informações e detalhes acerca do tema são apresentados no anexo 11.

## **10. Consolidação da Rede de Formação Socioambiental - Avanços da Fase II e apontamentos para a Fase III**

O último ano do Projeto Redes demonstra que, ao longo de cinco anos, a Rede de Formação Socioambiental estruturou seus processos e vem consolidando continuamente suas metodologias de trabalho, ao mesmo tempo em que amplia suas frentes de atuação junto às comunidades tradicionais e pesqueiras em seus territórios. A RFS é composta por um conjunto amplo de processos, capilarizados em diferentes planos e escalas de atuação, e um dos méritos desta fase foi intensificar a coerência político-metodológica entre as diversas ações.

O aumento expressivo das atividades de campo neste último ano — cerca de 30% de todas as realizadas ao longo de toda a fase — evidencia que o projeto vem ganhando legitimidade e adesão nos territórios, tornando-se parte do cotidiano da organização comunitária. Paralelamente, nos dois últimos anos, foram realizadas grandes atividades formativas em escalas ampliadas, incluindo dez cursos de formação, que envolveram cursistas, inscritos e parceiros.

Os temas abordados nesses cursos e os desdobramentos promovidos pelos Núcleos de Acompanhamento mostram sua plena vinculação às atividades de fortalecimento comunitário conduzidas pelas equipes de campo, conforme registrado no trabalho dos mesoterritórios. Consolidar essa circularidade é a principal potência transformadora da pedagogia da alternância e da educação popular que busca a conexão entre o que se ensina, como se vive e o projeto de mundo que se deseja. Dessa forma, os temas e o trajeto pedagógico adotado nos cursos e partilhas partiam do compartilhamento de experiências e demandas observadas no trabalho de campo e das atividades de fortalecimento territorial.



Outro ponto de destaque foi a articulação entre diferentes níveis de atuação, local, regional e macro, e a inserção em espaços de incidência, como a construção de políticas públicas e a participação em conselhos. A transformação local depende de mudanças estruturais no campo político, assim como políticas públicas respondem e potencializam a organização comunitária. Nesse sentido, no último ano do projeto foram priorizadas ações junto às defensorias públicas, Ministério Público, conselhos gestores, articulações ministeriais e diálogos com prefeituras, visando o avanço das pautas territoriais dos mesoterritórios. Também foram promovidos, de forma integrada com outras coordenações do OTSS e da FCT, encontros de articulação política com instituições de pesquisa, ensino e órgãos governamentais.

Alguns desafios enfrentados nesta fase dizem respeito ao grande número de atividades previstas no Plano de Trabalho e à complexidade de suas metas. Como exemplo, podemos citar a realização de oito cursos, envolvendo 240 educandas e educandos de diferentes regiões do projeto, no período de 24 meses. Essas ações foram desenvolvidas simultaneamente a todas as demais atividades de fortalecimento territorial. A coordenação pedagógica e a necessidade de alinhar inúmeras frentes de trabalho em paralelo constituem sempre um grande desafio. Produzir essas atividades, conciliando diferentes alinhamentos políticos e as especificidades dos diversos parceiros territoriais, diante de tantas agendas e acúmulos em andamento, tem sido uma das tarefas mais exigentes.

Além disso, a resistência de algumas comunidades ao próprio processo do PEA merece destaque, assim como a descrença em cursos e ações formativas quando comparadas às demandas mais imediatas relacionadas à cadeia produtiva, esse tema foi especialmente forte em comunidades do Meso SP. Soma-se a isso o fato de que as condições orçamentárias desta fase e a realidade salarial das educadoras e educadores geraram, em alguns momentos, desmotivação dentro da equipe.

Apesar desses desafios, conseguimos concluir o projeto com um alto índice de participação das comunidades nos processos formativos (ver Anexo 9). Das 111 comunidades abrangidas, **81 apresentam um nível de engajamento médio-alto ou alto**, o que demonstra a ampla mobilização alcançada.


Ainda assim, permanece a necessidade de realizar uma avaliação mais sistemática sobre a percepção que as lideranças têm do conjunto das atividades do PEA em suas comunidades.

Na fase III, buscamos diminuir a quantidade de atividades formativas, mas mantendo elevado as atividades de campo. Entendemos que a mobilização e a presença da equipe dentro das comunidades é uma ação fundamental para apoiarmos nos processos de fortalecimento das organizações comunitárias. Também se considera que a inclusão das comunidades

indígenas e quilombolas significa um reforço nas ações de defesa do território e mitigação dos impactos provocados pela cadeia petróleo e gás.

O objetivo da fase III é dar continuidade à Rede de Formação, qualificando e ampliando suas atividades, além de organizar sua transição para Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras. Entre seus objetivos estão a ampliação do número de comunidades envolvidas e o avanço político nas pautas das comunidades pesqueiras e tradicionais afetadas pela exploração do Pré-sal; a implementação de parte da rede física da RFS por meio dos Polos de Saberes; a execução dos Projetos Territoriais de Aprendizagem (PTAs) articulados com as demais atividades da RFS; a estruturação da governança da rede de parceiros; e o fortalecimento das atividades formativas e de mobilização voltadas à incidência na gestão ambiental pública, especialmente nas relacionadas à exploração de petróleo e gás.

## 12. Responsável Técnico

Profissional	Leonardo Esteves Freitas
Empresa	Fiotec
Registro no Conselho de Classe	29991-02
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	4151740
Responsável pela (s) Seção(os)	Leonardo Esteves de Freitas
Assinatura	

## 13. Anexos

*Anexo 1 – Cronograma da Revisão do Plano de Trabalho da Fase 2*

*Anexo 2A – Mapa de abrangência do Meso Inter*

*Anexo 2B – Mapa de abrangência do Meso RJ*

*Anexo 2C – Mapa de abrangência do Meso SP*

*Anexo 3 – Comunidades por Microterritório*

*Anexo 4A – Ano Redes (outubro de 2024 a setembro de 2025)*

*Anexo 4B - Revisão do Plano de Trabalho (janeiro de 2024 a setembro de 2025)*



**Projeto de Educação Ambiental da  
Costa Verde – Projeto Redes**

- Anexo 5A – Cursos, Partilhas, Ações Formativas e OFPCs*
- Anexo 5B - Reuniões do Projeto*
- Anexo 5C – Atividades Territoriais*
- Anexo 6 – Boletim Anual*
- Anexo 7 - Videodocumentário Anual*
- Anexo 8 – Base de dados – 111 comunidades do Projeto Redes*
- Anexo 9 - Relatório de Monitoramento e Avaliação 2024/25*
- Anexo 10 - Atualização do Diagnóstico Participativo 2024/25*
- Anexo 11 - Avanços e Apontamentos sobre o Licenciamento Ambiental na RFS*
- Anexo 12 - Planilha de Atividades Out22 a Jul25*
- Anexo 13 - Monitoramento de Comunidades*
- Anexo 14 - Organizações Envolvidas*
- Anexo 15 - Resultados da Fase 2*
- Anexo 16 - Relatório da Produção Acadêmica do Projeto Redes*